

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA E O PAPEL DA GESTÃO: OS DESAFIOS ENTRE TEORIA E PRÁTICA

USING GEOGEBRA TO TEACH QUADRATIC TEACHER TRAINING FOR SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION AND THE ROLE OF MANAGEMENT: THE CHALLENGES BETWEEN THEORY AND PRACTICE

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.011-021>

André Luis Lucas Rodrigues

Mestrando da FUST- Florida University Of Science and Theology
 e Pesquisador do Centro Internacional de Pesquisa - Integralize
 E-mail: andreluislucasrodrigues@gmail.com
 ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3222-5145>

RESUMO

Esse artigo busca tratar de uma revisão bibliográfica e documental acerca da formação básica de professores para a educação especial e inclusiva. Indaga-se qual seria a formação inicial oferecida nos cursos de licenciatura e qual poderia ser a posterior; quais são as dificuldades que esses professores evidenciam dentro de sala de aula no âmbito da inclusão. Escreve-se, fala-se muito sobre a formação docente, mas no que concerne a formação pedagógica especificamente para o professor que atua na Educação Especial verifica-se algumas lacunas, que são discutidas por citações de alguns teóricos ao longo deste artigo. Atualmente muito se fala em inclusão dentro das escolas, porém pouco se faz para que de fato a inclusão aconteça, pois faltam por em prática políticas públicas, investimentos, e formação específica para a modalidade de Educação Especial e Inclusiva nos cursos de formação inicial, e o principal, e talvez mais importante, incentivo e vontade do professor de lidar com as mudanças e as diferenças. A gestão escolar encontra nesse contexto dificuldades para fazer com que a inclusão se estabeleça, porém cabe também a direção de cada estabelecimento considerar a inclusão como prioridade no seu trabalho.

Palavras-chave: Formação de professores; Educação especial; Inclusão; Gestão.

ABSTRACT

This article aims to provide a bibliographic and documentary review of the basic training of teachers for special and inclusive education. It asks what initial training is offered in undergraduate courses and what further training could be provided; what difficulties these teachers encounter in the classroom in the context of inclusion. Much is written and said about teacher training, but when it comes to pedagogical training specifically for teachers working in special education, there are some gaps, which are discussed through quotes from several theorists throughout this article. Currently, there is much talk about inclusion within schools, but little is done to make inclusion happen, as there is a lack of public policies, investments, and specific training for Special and Inclusive Education in initial training courses, and, most importantly, the incentive and willingness of teachers to deal with changes and differences. In this context, school management faces difficulties in establishing inclusion, but it is also up to the administration of each institution to consider inclusion a priority in their work.

Keywords: Teacher training; Special education; Inclusion; Management.

Panorama da Educação: Estudos Interdisciplinares



1 INTRODUÇÃO

Ao pensarmos em Formação de Professores ou formação pedagógica sempre teremos um tema de grande polêmica e abrangência no meio educacional. Porém, ao se falar de Formação de Professores especificamente na Educação Especial e Inclusiva, nos debatemos com vários desafios e dificuldades. Pois, mesmo sendo um tema de eminente repercussão para a sociedade no geral, se verifica a distância existente entre a teoria e a prática. Atualmente muito se fala em inclusão dentro das escolas, porém pouco se faz para que de fato a inclusão aconteça, pois faltam implementações de políticas públicas, investimentos, formação específica para a modalidade de Educação Especial e Inclusiva nos cursos de formação inicial, e o principal, e talvez mais importante, incentivo e vontade do professor de lidar com as mudanças e as diferenças. Nesse contexto recaí sob a gestão escolar parte desses fracassos institucionais, pois é tida como responsável em fazer com que a inclusão se estabeleça e que a mesma seja considerada como prioridade no seu trabalho, envolvendo-se com ações inclusivas, estimulando debates, reflexões e trocas de experiências entre os profissionais no cotidiano escolar. Para tanto faz-se necessário um estudo mais amplo entre os desafios existentes entre teoria e prática na Formação de Professores para a Educação Especial e Inclusiva, pois, afinal em que momento essa formação deve acontecer? Como aproximar-a da prática docente?

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 no Título IV - Profissionais da Educação no seu Art. 62, entende-se que a formação de docentes para atuar na educação básica deverá acontecer à nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, sendo esta a formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, ou oferecida em nível médio (no caso nos cursos de Magistério), na modalidade Normal. No art. 63, em seu inciso III, a lei garante - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis. Porém, não especifica os níveis que recebem esta formação continuada.

Ainda no que concerne a formação dos profissionais da educação no Plano Nacional de Educação vigente em 2014 até 2024, em sua meta 15, este propõe:

“garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.” (p. 78)

Com relação a Educação Especial propriamente dita, segundo a LDB 9394/96 no capítulo V destinado à essa modalidade de ensino, em seu art. 58 “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.”. Ou seja, fica claro, segundo a Lei que deve haver a



inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes de ensino regular, o que nem sempre significa que haverão professores preparados academicamente para esta tarefa.

No que cabe a Educação Especial e Inclusiva, segundo o Plano Nacional de Educação, em sua Meta 4 diz-se que

“universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.” (p.57)

Porém, quais serão as ofertas de uma formação específica para a modalidade de Educação Especial e Inclusiva? Quem serão os profissionais que atenderão essa demanda de inclusão, que vem crescendo fortemente dia após dia? Será que todas as escolas brasileiras estão aptas a garantir um sistema educacional inclusivo à todos os nossos alunos? Pois, quando se fala de inclusão, estamos falando do todo, e não apenas de algumas escolas, alunos ou alguns profissionais.

Diante desse quadro, pretende-se com este artigo: Identificar características da Formação de Professores com relação à Educação Especial e Inclusiva no âmbito da inclusão; Compreender as diferentes concepções teóricas acerca da Formação de Professores na Educação Especial; Identificar de que forma os docentes recebem formação continuada acerca da Educação Especial e Inclusão; Discutir o papel da gestão escolar no âmbito da inclusão.

Para o estudo em questão, tem-se como ponto de partida uma pesquisa de cunho bibliográfico seguida de uma pesquisa documental. Ou seja, pretende-se levantar dados bibliográficos com base na literatura atual e principais documentos que tratam do tema. Sendo assim, o referido artigo buscará fazer uma breve revisão que visa discutir obras e documentos sobre o tema abordado. Segundo, Kleina e Rodrigues (2014),

“o artigo de revisão geralmente é resultado de uma pesquisa bibliográfica. Organiza e sintetiza de forma crítica as informações já disponíveis sobre o tema estudado, por meio da seleção dos principais autores que pesquisaram e escreveram sobre o assunto. É uma pesquisa qualitativa e depende da capacidade de interpretação, avaliação, análise e redação de trabalhos já publicados, como outros artigos, dissertações, teses, livros etc..(p.156-157).



2 FORMAÇÃO INICIAL DO DOCENTE

No ano de 2000, estava em discussão uma reforma que pudesse e buscassem subsidiar uma formação de professores de qualidade, dando uma base de melhoria na formação inicial docente, respeitando o art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, onde especifica que o profissional docente deverá se formar em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena (...). Para tanto foi formulado um documento que traz essa discussão, bem como ideais dessa melhoria. Trata-se da *Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior* (MEC, 2000). Segundo PLETSCH (2009), o documento acima referido traz uma revisão urgente do processo de formação inicial dos professores, superando problemas de ordem institucional e curricular. É preciso reformular na fonte, para que tenhamos profissionais docentes com uma formação inicial sem deficiências. Isso fica claro quando no documento, no que tange as demandas de reforma da educação básica para a formação de professores, este diz:

“Melhorar a formação docente implica instaurar e fortalecer processos de mudança no interior das instituições formadoras, respondendo aos entraves e aos desafios apontados. Para isso, não bastam mudanças superficiais. Faz-se necessária uma revisão profunda dos diferentes aspectos que interferem na formação inicial de professores, tais como: a organização institucional, a definição e estruturação dos conteúdos para que respondam às necessidades da atuação do professor, os processos formativos que envolvem aprendizagem e desenvolvimento das competências do professor, a vinculação entre as escolas de formação inicial e os sistemas de ensino.” (MEC, 2000, p.12).

Ainda segundo este documento, “a formação inicial como preparação profissional tem papel crucial para possibilitar que os professores se apropriem de determinados conhecimentos e possam experimentar, em seu próprio processo de aprendizagem, o desenvolvimento de competências necessárias para atuar nesse novo cenário” (MEC, 2000, p.13). Ou seja, a formação inicial do professor, deverá criar no mesmo o espírito inovador e criativo, dando-lhe suporte para a prática docente. A formação inicial do professor deve estar vinculada as mudanças que ocorrem na sociedade como um todo, especialmente no que concerne as mudanças e inovações na própria Educação e escola, pois evidencia-se cada vez mais uma escola flexível.

Em 2014, as vinte metas do *Plano Nacional de Educação* foram novamente discutidas e renovadas, com o intuito de melhoria da qualidade de ensino na Educação. Com relação a formação inicial do docente, a meta quinze deixa bem claro uma política nacional de formação dos profissionais da educação, assegurando que todos estes profissionais possuam uma formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (PNE, 2014, p.78).

Em consonância com as metas quinze e dezenove do PNE (2014), sobre a formação inicial e continuada do docente, recentemente, em maio de 2016, foi decretado o Decreto 8.752 que dispõe sobre a *Política Nacional de Formação dos Profissionais de Educação Básica*. O art. 2º do referido Decreto traz os



princípios ao que devem se pautar as instituições que oferecem a formação inicial do professor de acordo com a sua modalidade de ensino. São alguns princípios básicos e importantes:

“(...) V - a garantia de padrão de qualidade nos cursos de formação inicial e continuada; V - a articulação entre teoria e prática no processo de formação, fundada no domínio de conhecimentos científicos, pedagógicos e técnicos específicos, segundo a natureza da função; VI - a articulação entre formação inicial e formação continuada, e entre os níveis, as etapas e as modalidades de ensino; VII - a formação inicial e continuada, entendidas como componentes essenciais à profissionalização, integrando-se ao cotidiano da instituição educativa e considerando os diferentes saberes e a experiência profissionais. (...).”

Em 2015 o Conselho Nacional de Educação, em sua Resolução CNE/MEC nº02 de 01/07/2015, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Segundo paragrafo primeiro do art. 1 da referida resolução:

“§ 1º Nos termos do § 1º do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as instituições formadoras em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, deverão promover, de maneira articulada, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para viabilizar o atendimento às suas especificidades nas diferentes etapas e modalidades de educação básica, observando as normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE, 2015).”

Ou seja, atualmente aponta-se para uma melhoria na política para formação inicial do professor de Educação Básica, para que este possa conciliar a teoria e prática dentro do seu trabalho educativo. Porém, ainda falta muito para que este déficit na formação docente seja de fato resolvido, há de se pensar nas reformulações de currículo, e na obrigatoriedade de disciplinas dentro dos cursos de Licenciatura ou Magistério que abarcam a formação inicial dos docentes, bem como na realização das próprias práticas pedagógicas aliadas a teoria dentro do curso. Lembrando que estamos falando da formação inicial para o professor da Educação Básica, mas e o professor atuante na Educação Especial e Inclusiva? Lembrando também, que a política de inclusão, está arraigada ao Ensino Regular. Como as instituições lidam com a formação inicial do professor para a Educação Especial e Inclusiva? Questões como essas nos fazem refletir e buscar uma formação inicial de qualidade, visando que todos os professores devem ser preparados para atuar com todos os alunos, visando seu bem-estar e o respeito as diferenças dentro e fora de sala de aula, visto que, segundo Fantinato (2014) “as diferenças são vistas não como obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas podem e devem ser fatores de enriquecimento. Os grandes desafios da escola, da equipe pedagógica e dos professores estão em educar todos os alunos, num mesmo contexto escolar, respeitando-se as diferenças”. (p.92).



3 FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Desde a década de 1990, tem-se a preocupação com a inclusão de todos os alunos no Ensino Regular, independente de sua especificidade, desde a Educação Infantil. Ou seja, todos devem aprender no mesmo espaço com a mesma possibilidade e qualidade de ensino. Dessa forma, os profissionais de Ensino Regular, nos diversos níveis, devem buscar de maneira adequada à diversidade do alunado (MARTINS, in MIRANDA e FILHO, 2012, p.28).

Ao rever a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (BRASIL, 1996), percebe-se que quanto à formação pedagógica do professor que atua na educação especial, nada há de concreto. Há ainda uma vasta bibliografia sobre a formação inicial e continuada do professor, mas não especificamente do professor que atua na educação especial e inclusiva, o que nos faz indagar, qual seria a formação destinada à esse profissional?

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, Parecer do CNE (Conselho Nacional de Educação) nº 009/2001,

“A educação básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da educação básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos.”(BRASIL, 2001, p. 26).

Ou seja, para atender a esta grande demanda de alunos, dentro de suas particularidades, é preciso que o professorado receba uma formação que possa compreender conhecimentos específicos para dar-se conta de uma inclusão com qualidade de ensino.

Segundo PLETSCH (2009), portanto,

“os cursos de formação de professores devem produzir conhecimentos que possam desencadear novas atitudes que permitam a compreensão de situações complexas de ensino, para que os professores possam desempenhar de maneira responsável e satisfatória seu papel de ensinar e aprender para a diversidade.” (p.148).

Dessa forma, já na formação inicial docente a diversidade deve ser trabalhada de uma maneira que o professor tenha claro para si que trabalhará com alunos com especificidades diferentes, e deve ter um olhar diferente para cada um desses alunos, aí já começa o processo de inclusão, no olhar, no como se vê o aluno. Obviamente, determinados saberes como este o docente aprende no dia-a-dia, porém sua formação deve contribuir para desencadear no docente esse olhar. Fica claro que,

“o professor deve valorizar a diversidade como aspecto importante no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, necessita ser capaz de construir estratégias de ensino, bem como adaptar atividades e conteúdos, não só em relação aos alunos considerados especiais, mas para a prática educativa como um todo, diminuindo, assim, a segregação, a evasão e o fracasso escolar.” (PLETSCH, 2009, p.149).



Porém é imprescindível a elaboração de políticas públicas voltadas para práticas de inclusão, assim como adequação da formação docente às novas exigências educacionais e sociais eminentes no seu ambiente de trabalho, pois tem crescido cada vez mais o número de alunos que necessitam de uma educação especial e inclusiva de qualidade. O ensino público apresenta muitas dificuldades que ainda precisam ser sanadas para dar-se conta de uma inclusão de qualidade. E a formação de professores é peça chave para que isto aconteça, afinal o problema deve ser resolvido na sua fonte, ou seja, na formação inicial do professor, onde deve haver um currículo que possa contemplar o todo em sua diversidade, despertar no professor a boa vontade para se lidar com as diferenças, bem como dar suporte através de conhecimentos teóricos e práticos para serem usados em sala de aula. Dessa forma, PLESCH (2009), explica,

“No Brasil, a formação de professores e demais agentes educacionais ligados à educação segue ainda um modelo tradicional, inadequado para suprir as reivindicações em favor da educação inclusiva. Vale destacar que, dentre os cursos de Pedagogia e de Pedagogia com habilitação em Educação Especial, poucos são aqueles que oferecem disciplinas ou conteúdos voltados para a educação de pessoas com necessidades especiais.” (PLETSCH, 2009, p.150).

Martins, in Miranda e Filho (2012) enfatiza que se faz necessário ampliação de disciplinas e uma maior correlação entre a teoria e a prática, de maneira que possam ser incluídas de forma mais satisfatória (p.33) dentro dos cursos de formação inicial do docente. Porém, ressalta, também, a importância da formação continuada para aprimorar a qualidade do ensino ministrado pelos profissionais do ensino em geral, de acordo com os princípios de atenção a diversidade. (p 33.). Ou seja, é necessário investimento na formação inicial do professor para a diversidade e inclusão, com currículos mais embasados, bem como uma prática participativa, mas também se faz necessário que o professor busque novos conhecimentos e aprimoramentos de sua prática dentro de uma formação continuada de qualidade, e dentro das especificidades com as quais trabalha.

4 O PAPEL DA GESTÃO NA INCLUSÃO

Quando se pensa e se fala em inclusão, a mobilização para que esta possa acontecer de forma a atender todos os alunos, passa a ser de toda a comunidade escolar, e a gestão escolar democrática deve traçar os objetivos, os meios e as ferramentas para se chegar a uma inclusão de todos os alunos, possibilitando uma escola inclusiva e participativa em todos os âmbitos.

Segundo a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), a gestão da instituição de ensino tem grande importância nesse processo de inclusão, tal como explica o documento:



33. Administradores locais e diretores de escolas podem ter um papel significativo quanto a fazer com que as escolas respondam mais às crianças com necessidades educacionais especiais desde que a eles sejam fornecidos a devida autonomia e adequado treinamento para que o possam fazê-lo. Eles (administradores e diretores) deveriam ser convidados a desenvolver uma administração com procedimentos mais flexíveis, a reaplicar recursos instrucionais, a diversificar opções de aprendizagem, a mobilizar auxílio individual, a oferecer apoio aos alunos experimentando dificuldades e a desenvolver relações com pais e comunidades. Uma administração escolar bem sucedida depende de um envolvimento ativo e reativo de professores e do pessoal e do desenvolvimento de cooperação efetiva e de trabalho em grupo no sentido de atender as necessidades dos estudantes.

34. Diretores de escola têm a responsabilidade especial de promover atitudes positivas através da comunidade escolar, arranjando uma cooperação efetiva entre professores de classe e pessoal de apoio. Arranjos apropriados para o apoio e o exato papel a ser assumido pelos vários parceiros no processo educacional deveria ser decidido através de consultoria e negociação.

35. Cada escola deveria ser uma comunidade coletivamente responsável pelo sucesso ou fracasso de cada estudante. O grupo de educadores, ao invés de professores individualmente, deveria dividir a responsabilidade pela educação de crianças com necessidades especiais. Pais e voluntários deveriam ser convidados a assumir participação ativa no trabalho da escola. Professores, no entanto, possuem um papel fundamental enquanto administradores do processo educacional, apoiando as crianças através do uso de recursos disponíveis, tanto dentro como fora da sala de aula. (UNESCO, 1994).

A partir daí entende-se que a gestão escolar deve articular ações que envolvam todos os segmentos da escola, concretizando o que está vigente na legislação. Estimulando o conhecimento sobre esta legislação e desenvolvendo ações que coloquem em prática as políticas públicas voltadas para os estudantes da Educação Especial e buscando estratégias que promovam um trabalho de qualidade dentro da instituição assim como fora dela.

5 CONCLUSÃO

Ao colocarmos em foco a discussão da formação inicial do docente que atende a Educação Especial e Inclusiva, adaptações no currículo, ações e papel da gestão escolar nesse processo, percebemos que no Brasil, como um todo, temos muito que evoluir no campo educacional. Temos uma escola pública defasada por conteúdos, falta de investimentos públicos, infraestrutura comprometida e professores mal pagos. A esses problemas somasse a necessidade urgente da inclusão, pois a maioria das escolas não está apta para receber TODOS os alunos de forma igualitária, pois não possuem estrutura que contemple esta demanda. Segundo Costa in Miranda e Filho (2012) as escolas, em sua maioria, encontram-se sem acessibilidade arquitetônica, mobiliário e material didático-pedagógico centrado nas necessidades de aprendizagem dos alunos com deficiência. (p.89).

Contudo, nos últimos anos passamos a perceber uma maior oferta nos cursos de Licenciatura disciplinas e temas voltados a formação do professor que atua na educação especial e inclusiva; com a carga horária ainda mínima se comparada com o número de alunos que necessitam de um acompanhamento especializado, bem como as diferentes especificidades do alunado que tem crescido ano após ano dentro das salas de aula, mas, já é um passo dado em busca a valorização e especialização dos profissionais da educação. Segundo Costa, in Miranda e Filho (2012),



“os professores, em sua maioria, revelam receio ante a inclusão justificado pela suposta falta de preparação prévia para lidar com alunos com deficiência; ênfase na adoção e reprodução de modelos pedagógicos heterônimos; cisão entre teoria e prática obstando a autoria docente; baixo nível de consciência das possibilidades da própria formação/práxis docente; manifestação inconsciente de atitudes estereotipadas sem resistência à manifestação do preconceito contra os alunos com deficiência; escassez de articulação entre as áreas do conhecimento e ausência de diálogo com a teoria; unidimensionalidade da educação escolar, ou seja, voltada à adaptação ao mundo do trabalho; ênfase na dimensão conteudista disciplinar.” (p. 94-95).

Sendo assim, vê-se a eminent necessidade do professor que atua na educação especial e inclusiva receber uma formação inicial que comtemple os conhecimentos técnicos necessários para atuar com essa demanda, bem como incorpore a convicção da importância da aprendizagem para que se efetivem as mudanças na realidade em que atua (FANTINATO, 2014, p.14). Ou seja, como bem explica Costa, in Miranda e Filho (2012) destaca-se “a necessidade da identificação e superação das barreiras atitudinais, docentes, pedagógicas, curriculares e arquitetônicas que ainda permitem a segregação na escola pública. Barreiras essas que se contrapõem à educação inclusiva emanada da sociedade, isso é, uma educação democrática, política e de qualidade social.” (p.95).

Segundo a LDB 9394/96 em seu artigo 59, fala-se da importância de se ter professores especializados para atuarem na educação especial:

“Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (p. 66-67).

Dessa forma, temos dois tipos de professores, aqueles generalistas com o mínimo de conhecimento e prática que atuam nas salas regulares, e os especialistas, capacitados em diferentes necessidades especiais educacionais (PLETSCH, 2009, p. 151). Porém, há de se convir que na prática temos uma grande defasagem desses profissionais, principalmente do professor “generalista”, pois como já citado neste artigo, a formação inicial para a educação especial é mínima, não capacitando o professor amplamente para atuar com a inclusão. Já com relação ao professor “especialista”, temos um número reduzido de profissionais, que nem sempre atuam no ensino público.

Cabe também ressaltar aqui, a respeito da gestão escolar, que esta deve preocupar-se não só com uma escola inclusiva pautando-se em adequações de infraestrutura e acessibilidade (mesmo porque, ações estruturais dependem mais do âmbito governamental do que da própria gestão), mas também propiciar ações que visem o cotidiano da escola, como reunião de pais, discussões e reflexões em torno da inclusão, inserção de reuniões periódicas para discutir ações de inclusão, especialmente porque a defasagem na formação inicial para a educação especial é muito grande, e essas discussões podem amenizar um pouco os problemas relacionados a inclusão dentro do ambiente escolar.

Panorama da Educação: Estudos Interdisciplinares



Diante de todo esse quadro apresentado referente a formação de professores para a educação especial e inclusiva, evidenciamos a necessidade de revisão do conceito de formação de professores para atuar com tal modalidade. É preciso que as políticas públicas voltadas a inclusão saiam do papel, e passem a dar suporte necessário aos cursos de formação docente e que ampliem a visão desses profissionais, para que estes possam ser o próprio suporte do aluno dentro da sala de aula. Sabemos que as escolas brasileiras estão abandonadas estruturalmente pela falta de investimento, portanto é necessário cada vez mais termos professores capacitados e especializados para que possam ampliar o horizonte do nosso alunado, é isso só é possível buscando melhorias na formação inicial desses futuros profissionais dentro dos cursos de licenciaturas e formação docente, promovendo o que de fato é importante para a prática docente e atendimento aos alunos.



REFERÊNCIAS

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Parecer nº09/2001, de 08 de maio de 2001. Brasília, 08 mai. 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 13/03/2017.

BRASIL, Senado Federal. Decreto 8.752, de 09 de maio de 2016. Brasília, 09 mai. 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm. Acesso em 13/03/2017.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília : 1996.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 02/2015, de 01 de julho de 2015. Brasília, 01 jul. 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos e formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em http://www.encyclopediaeducacao.com.br/pdf/resolucao_CNE_MEC_n_2_01_07_2015.pdf. Acesso em 25/03/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Brasília: 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Proposta de Diretrizes para formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior. Brasília: 2000.

COSTA, Valdelúcia A. Formação de professores e Educação Inclusiva frente as demandas humanas e sociais: para quê? In: MIRANDA, Theresinha G. FILHO, Teófilo A. G. (org.). O professor e a Educação Inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. (p.89-110).

FANTINATO, Tania M. Formação docente para diversidade. Curitiba, PR: IESDE BRASIL S/A, 2014. 1 ed. (p.)

KLEINA, Claudio; RODRIGUES, Karime S.B. Metodologia da pesquisa e do trabalho científico. Curitiba, PR: IESDE BRASIL S/A, 2014. 1 ed. (p.156-157).

MARTINS, Lúcia A. R. Reflexão sobre a formação de professores com vistas à Educação Inclusiva. In: MIRANDA, Theresinha G. FILHO, Teófilo A. G. (org.). O professor e a Educação Inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. (p.25-38).

PLETSCH, Marcia D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes, políticas e resultados de pesquisas. Revista Educar, Curitiba, n.33. Editora UFPR, 2009. (p. 143-156). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000100010. Acesso em 20/03/2017.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasilia, CORDE, 1994.